

Professores debatem carreira docente em Vitória e nos campi do interior

Para discutir as diferenças entre a proposta do Governo Federal sobre Carreira Docente e o projeto formulado pelo Andes-SN e aprovado no 30º Congresso da entidade, a Adufes promoveu a atividade “Carreira em debate: valorização do professor ou retirada de conquistas?”, que contou com a participação do 1º vice-presidente do Andes-SN, Luiz Henrique Schuch. Os debates ocorreram entre os dias 28 e 30/03, nos campi de Goiabeiras, São Mateus e Alegre.

Durante os debates, foi feito um breve histórico do Plano de Carreira Docente em vigência nas instituições federais de ensino superior, destacando as perdas da categoria ao longo dos anos, bem como a necessidade de se manter uma negociação efetiva entre o governo e os servidores federais para reverter essa situação. “A proposta de Carreira do Governo Federal está inserida em um contexto de medidas neoliberais que apontam para a flexibilização dos processos e relações de trabalho com a finalidade de reduzir custos”, afirmou Luiz Henrique Schuch.

Na ocasião, o 1º vice-presidente do Andes-SN também destacou que o Projeto do Governo está intimamente relacionado às medidas de reformas

sociais, como a da Previdência Social. “Os docentes que ingressaram a partir de 2003, caso queiram uma aposentadoria acima do teto do INSS, terão que pagar o regime de previdência complementar”, disse Schuch. Além disso, os aposentados não terão os mesmos aumentos remuneratórios que os servidores da ativa, pois houve quebra na paridade entre ativos e aposentados. Pela proposta do Andes-SN, porém, a paridade é restabelecida, garantindo que cada docente seja enquadrado no mesmo patamar em que estava quando se deu a aposentadoria.

Projeto do Andes-SN equilibra tempo de serviço e titulação. De acordo com a proposta do Andes-SN, haverá uma carreira única para todos os professores das Instituições Federais de Ensino, com possibilidade de progressão em 13 níveis, que valorize de maneira equilibrada o tempo de serviço e a titulação. Combinando esses fatores, a tabela remuneratória de Dedicção Exclusiva ficará entre R\$ 6.803,76 para o nível 1 graduado e R\$ 21.382,49 para o nível 13 doutor.

No entanto, para que a proposta do Andes-SN sobre a Carreira do Professor Federal seja aprovada pelo Governo, é



Projeto de Carreira defendido pelo Andes-SN é apresentado em debate no campus de Goiabeiras.

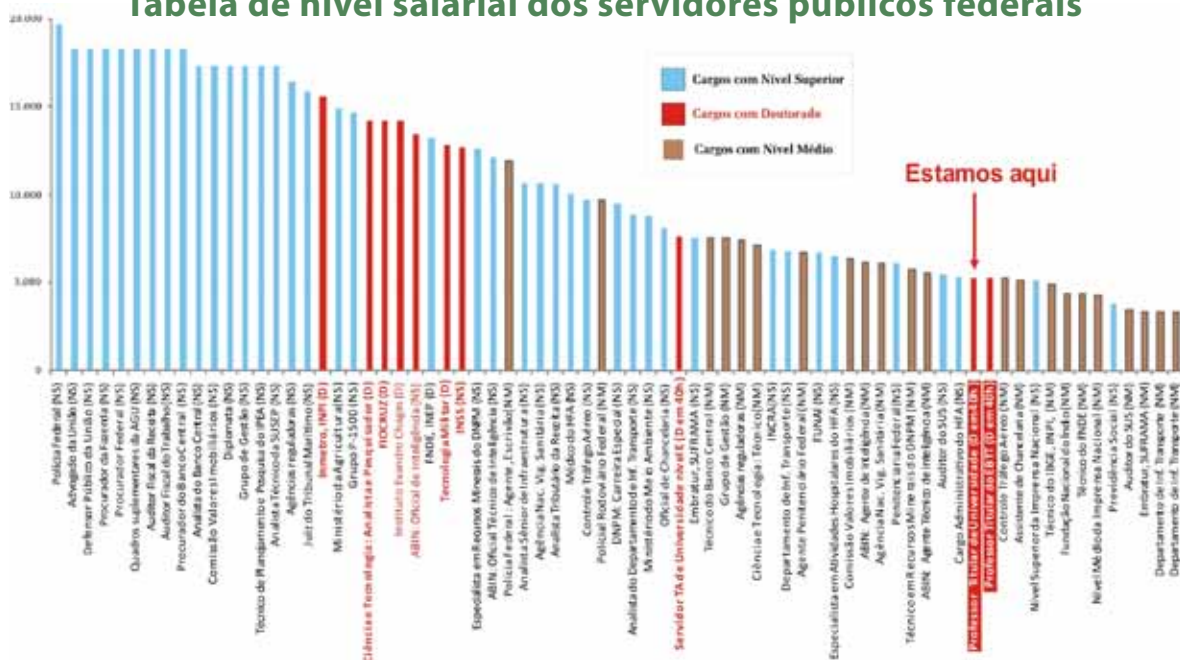
fundamental a mobilização da categoria docente e dos servidores públicos em geral. “A luta pela aprovação de nosso projeto de Carreira Docente será feita em unidade com as demais categorias de servidores públicos federais”, afirmou Schuch. Nesse sentido, serão realizados diversos atos e manifestações unificadas dos servidores públicos ao longo de 2011, com o intuito de pressionar para que haja um processo de negociação com o Governo.

Remuneração dos servidores públicos federais não valoriza qualificação. Além de serem atingidos pelas

perdas de direitos, os docentes também estão com o nível de salário bem abaixo de outras categorias de servidores públicos federais que possuem o ensino médio ou a graduação como exigência de qualificação (ver tabela abaixo). Para o 1º vice-presidente do Andes-SN, a remuneração dos professores não valoriza a qualificação. “Temos enfrentado uma desvalorização dos servidores federais em geral e a nossa categoria, embora tenha qualificação elevada, possui uma remuneração distante de suas reais necessidades”, destacou Luiz Henrique Schuch.

Pelo projeto de Carreira do Andes-SN, a titulação será valorizada. Ao valor da remuneração básica do docente, será acrescido 75% para detentores do título de doutor ou livre-docência; 37,5% para quem tiver o título de mestre; 18% para curso de especialização e 7,5% para aperfeiçoamento.

Tabela de nível salarial dos servidores públicos federais



Ato dos servidores públicos pressiona governo federal

Observatório do Reuni visita o CCA, em Alegre

III Encontro de saúde do Andes-SN será em Vitória



O 1º vice-presidente do Andes, Luiz Henrique Schuch (ao centro), ao lado do presidente da Adufes, José Antônio da Rocha (à esquerda) e do 2º vice-presidente da Regional Leste, Ricardo Behr (à direita).



Cursos do Reuni enfrentam problemas de infraestrutura e distribuição de vagas para docentes em Alegre

No Centro de Ciências Agrárias (CCA), no campus de Alegre, foram criados 8 cursos a partir do Reuni. Para atender a essa demanda, foi prevista a construção de um prédio de laboratórios e outro para dependências administrativas, além de um Centro de Convenções. Atualmente, essas obras estão em andamento, mas os cursos já necessitam dos espaços para a realização de aulas práticas.

O curso de Química, por exemplo, conta apenas com dois laboratórios. De acordo com o coordenador do curso, Marcos Vogel, essa estrutura é insuficiente para atender a todas as demandas do centro. “Além do nosso curso, atendemos a vários outros. Ofertamos disciplinas para 14 dos 17 cursos do centro”, explicou Vogel. Os estudantes também identificam dificuldades na utilização de laboratórios. “Temos que nos adaptar para fazer aulas práticas, pois faltam materiais para experimentos, como reagentes”, relatou a estudante de Química, Khênia Lopes da Silva.

Conforme o coordenador do curso de Física, Roberto Colistete Júnior, existe um único laboratório de Física para 4 tipos de disciplinas práticas, que atendem a cerca de 20 turmas. “Temos que montar e desmontar equipamentos, fazendo rodízio

Foto: Comunicação Adufes



Estudantes enfrentam dificuldades com estrutura e falta de materiais em disciplinas práticas.

de estudantes porque não tem espaço”, explicou Colistete. Ele afirmou que, caso a obra do novo prédio atrase por mais tempo, as disciplinas práticas poderão ser prejudicadas. A previsão é de que essa obra seja concluída até o fim deste ano.

Distribuição de vagas é questionada por professores. Pelo projeto do Reuni, houve a liberação de 102 vagas para docentes e 40 para técnico-administrativos. Conforme cálculo realizado pelos coordenadores dos cursos do Reuni, a demanda de professores para os novos cursos era de justamente 100. No entanto, foi aprovado no Conselho Departamental do CCA que 25 das 102 vagas do Reuni seriam destinadas a cursos já existentes, o que reduziu o quadro docente dos novos cursos.

De acordo com o diretor do CCA, Waldir Cintra de Jesus Junior, as vagas foram distribuídas dessa forma porque os cursos antigos ofereciam disciplinas básicas para os cursos do Reuni. “Os critérios usados foram de demanda por departamentos e para isso houve uma comissão assessora que estudou os projetos político-pedagógicos dos cursos”, explicou Waldir.

No entanto, na visão do coordenador do curso de Ciência da Computação, Geraldo Regis Mauri, a planilha de

Foto: Comunicação Adufes



Obra em andamento do prédio de laboratórios dos cursos do Reuni no CCA.

demanda de vagas feita pelos coordenadores dos cursos do Reuni foi ignorada no Conselho e não houve apresentação dos motivos para a atual distribuição de vagas. “Não se trata de diferenciar os cursos do Reuni dos demais, pois estamos no mesmo centro e universidade. A questão é que deveria ser respeitado o estudo de demanda feito por cada curso”, avaliou Geraldo. O mesmo ponto de vista é partilhado pelo professor Roberto Colistete. “Os cursos do Reuni são novos e deveriam ter prioridade em relação a investimentos, pois precisam se estruturar”, afirmou. Ele disse que apenas parte das vagas destinadas aos cursos existentes atenderá, de fato, aos cursos do Reuni.

O atual critério de distribuição de vagas contou com o agravante da ordem de contratação de docentes. As vagas liberadas em 2010 foram destinadas aos cursos antigos e o restante das vagas do Reuni ficaram para 2011. O problema é que, conforme decreto do Governo Federal, as novas contratações serão feitas na modalidade de substitutos. “Além de as vagas terem sido desviadas, foi mudada a ordem da contratação”, disse Colistete.

Avaliação do Reuni. “O Reuni e o

projeto de expansão, realizado anteriormente, foram cruciais para alavancar o CCA”, avaliou o diretor do centro, Waldir Cintra de Jesus Junior. Ele disse que o CCA pode ser estruturado e houve aumento de pesquisa e extensão, uma vez que foram contratados professores doutores, no regime de 40 horas e com dedicação exclusiva. “Sabemos, porém, que ajustes são necessários e um dos principais é a contratação de novos técnicos”, disse Waldir.

Os cursos novos, porém, saíram no prejuízo nessa forma de expansão. “O Reuni foi e está sendo usado para estruturar o centro em si, incluindo os cursos antigos”, afirmou o professor Roberto Colistete. Ele reiterou que nas expansões feitas em Alegre tornou-se prática comum a perda de vagas de docentes dos novos cursos para os que já estavam estruturados. “Os cursos da expansão perderam vagas para os cursos antigos. E agora os do Reuni perdem vagas para os cursos da expansão”, disse Colistete. Para contornar esse quadro, ele acredita que deveria ser garantida a implementação total dos novos cursos, em termos de laboratórios, livros e contratação de professores efetivos.

Sobrecarga de trabalho preocupa docentes no CCA

Devido à perda de vagas dos cursos do Reuni, os docentes estão preocupados com a oferta de disciplinas e também com a sobrecarga de trabalho. De acordo com a coordenadora do curso de Engenharia Química, Audrei Giménez Barañano, além da redução de docentes previstos inicialmente para o curso, a contratação de professores está pela metade. “Necessitamos de professores

para áreas muito específicas e o edital de contratação que saiu é apenas para substitutos. Precisamos dos efetivos, pois sem eles a qualidade do ensino fica prejudicada”, disse Audrei.

De acordo com o professor de Química, Hércules da Silva Miglio, o atual quadro de professores garante o cumprimento das demandas, mas com sobrecarga de trabalho. “Para dar aulas teóricas

e práticas, desenvolver projetos de pesquisa e extensão e atividades administrativas, acabamos nos sobrecarregando”, relatou Hércules. No curso de Química, o quadro de professores ao final da implantação do Reuni será de 12, enquanto a demanda real é de 16 docentes.

Outro fator que tende a aumentar a sobrecarga de trabalho docente é a pequena quantidade de técnico-adminis-

trativos. Segundo o assistente de administração da Secretaria Acadêmica de Graduação, Vicente Albani, há demanda de funcionários em todos os setores do campus e a contratação de técnicos não foi proporcional a de professores. “Com poucos funcionários, os professores é que irão assumir funções administrativas, pois não haverá ninguém para fazer isso”, explicou Albani.



Centro de Ciências Agrárias deve ser reconfigurado

Desde 2005, o campus de Alegre teve um enorme crescimento. Foram criados 5 novos cursos pelo projeto de expansão da universidade e, em 2009, com o Reuni, houve a criação de mais 8. Também houve a ampliação de 45 vagas em cursos já existentes. Em um período de 6 anos, o número de cursos do CCA saltou de 4 para 17, o que exige uma nova configuração do centro, com o objetivo de adequar, inclusive, a quantidade de recursos orçamentários às demandas reais dos cursos.

De acordo com o professor do curso de Matemática, Carlos Manfre, o departamento de Engenharia Rural, que abriga a maior parte das licenciaturas do Reuni, possui 70 professores atualmente, mas em breve chegará a 80. Além disso, abriga 6 cursos. “No momento de distribuir, por departamento, recursos para compra de

livros ou bolsas de monitoria, ficamos prejudicados”, explicou Manfre. Ele ainda afirmou que é urgente a divisão dos departamentos no CCA, mas isso é dificultado pela falta de técnico-administrativos. “Para se criar novos departamentos, são necessários novos funcionários, mas não se tem previsão de mais contratações”, afirmou Manfre.

A reconfiguração do CCA também é defendida pelo coordenador do curso de Física, Roberto Colistete Júnior. “O centro deveria ser dividido em 3 ou 4 centros, além de haver uma divisão dos departamentos. Também seria necessária uma prefeitura universitária”, afirmou. Ele reiterou que, atualmente, vários problemas existentes decorrem de ter um único centro com poucos departamentos inchados.



Em cerca de 6 anos, o CCA passou de 4 para 17 cursos.

Conforme informações do diretor do CCA, Waldir Cintra de Jesus Junior, a discussão sobre a redepartamentação do centro tornou-se fundamental com

a ampliação dos cursos e está em andamento. Pela proposta inicial, a previsão é de que haja uma ampliação de 5 para 11 ou 15 departamentos.

Ato de servidores públicos federais em Brasília pressiona governo para retomar negociações

Cerca de 15 mil servidores públicos federais, representados por 26 entidades, realizaram, no dia 13/04, uma passeata unificada em defesa dos serviços públicos e contra o arrocho salarial e a retirada de direitos, em Brasília (DF). Na ocasião, uma comissão foi recebida pela ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, que prometeu retomar as negociações com essas categorias, mas não avançou no debate da pauta da Campanha Salarial 2011. O ato unificado fazia parte do calendário de lutas aprovado pela Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF).

Os servidores públicos protestaram contra o corte anunciado de R\$ 50 bilhões no orçamento deste ano e contra projetos de lei do Executivo, como o 549/09, que prevê o congelamento salarial dos servidores por dez anos, e o 248/09, que institui a demissão por insuficiência de desempenho. Além disso, o ato também denunciava a Medida Provisória (MP) 520/10, que prevê a privatização dos hospitais universitários.

“O ato foi decisivo para que os servidores públicos fossem recebidos

pelo governo, pois há quatro meses se tentava agendar um calendário de negociações e não havia retorno”, afirmou a professora do Departamento de Serviço Social da Ufes que esteve presente no ato, Cenira Andrade de Oliveira. Ela reiterou que a importância do ato foi de demonstrar a capacidade de pressão das categorias de servidores públicos unificadas. Na atividade, estiveram presentes, pelo Espírito Santo, a Adufes, o Sintufes, o Sindprev e o Sindsaúde.

Negociação com o Governo. Na reunião com a ministra Miriam Belchior, foi anunciada a criação, no âmbito do ministério, da Secretaria de Relações Sindicais, que será coordenada pelo ex-secretário de Recursos Humanos, Duvanier Paiva. Ele irá conduzir o processo de negociação com os servidores públicos federais, mas não quis adiantar se o governo manterá projetos que retiram direitos dos servidores públicos, como o Projeto de Lei Complementar 549/09, que congela os salários por dez anos. Na ocasião, foi agendada uma primeira reunião de negociação ainda para o mês de abril.

Plenária dos Servidores Públicos Federais aponta para luta unitária e negociação conjunta

A Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais (SPF's), realizada no dia 14/04, reafirmou a política de unificação do setor para a Campanha Salarial 2011. Estiveram presentes 104 delegados e 97 observadores de todo país, além de aproximadamente 100 trabalhadores não credenciados que estavam na capital federal para participar do ato e acompanhar as discussões. Pela Adufes, a professora Cenira Andrade

de Oliveira participou como delegada, e o professor Francisco Mauri de Carvalho, como observador.

Na plenária, foi fortalecida a decisão de negociar de maneira conjunta com o governo federal, bem como de realizar mobilizações unitárias. Na visão do professor Francisco Mauri de Carvalho, a unidade dos trabalhadores está se tornando mais efetiva do que durante o governo Lula. “O ato do dia 13 e a plenária dos SPF's sinalizaram que a unidade entre as entidades está se fortalecendo cada vez mais”, disse Mauri.



Professores da Adufes participam do ato em Brasília.

Adufes apresenta sindicato em seminário de integração de servidores

Nos dias 13 e 14/04, a Adufes apresentou o sindicato e suas bandeiras de luta para cerca de 130 professores recém-contratados que participaram do Seminário de integração e conhecimento organizacional promovido pelo Departamento de Recursos Humanos (DRH) e pelo Núcleo de Treinamento dos Servidores (NTS). Essa atividade é uma exigência legal que deve ser cumprida pelos novos docentes e técnicos e tem o objetivo de promover o conhecimento da estrutura da

universidade.

Na ocasião, diretores da Adufes abordaram a história da Adufes e do Andes-SN e destacaram as principais lutas históricas, como a defesa de uma carreira docente que preserve o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, as perdas de direitos, como a aposentadoria integral, também foram problematizadas e levadas ao conhecimento dos professores. Os novos docentes foram convidados a se filiar à Adufes.



O 2º vice-presidente da Regional Leste, Ricardo Behr, e a 1ª Secretária da Adufes, Mariane Lima, apresentam bandeiras de luta do sindicato.

III Encontro Nacional sobre saúde do trabalhador do Andes-SN será realizado em Vitória

Nos dias 13, 14 e 15 de maio, no Auditório do IC 2 (CCHN), no campus de Goiabeiras, em Vitória (ES), irá ocorrer o III Encontro Nacional sobre saúde do trabalhador do Andes-SN. O tema da atividade será "Saúde e trabalho docente: entre a resignação e a luta". O evento é organizado pelos Grupos de Trabalho de Segurança Social e Assuntos de Aposentado-

ria (GTSS/A), Política Educacional (GTPE) e Política e Formação Sindical (GTPFS) do Andes-SN.

A atividade terá a participação de professores de diversas seções sindicais do país e é aberto à participação de todos os associados da Adufes. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no email: adm@adufes.org.br. Confira a programação completa:

13/05 18h: Abertura - Trabalho e Saúde: Sara Granemann (UFRJ) e Guilherme Albuquerque (UFPR).

14/05 9h: Experiências e Diagnóstico em Saúde do Trabalhador Docente: Margarida Barreto (PUC-SP), Izabel Cristina Borsoi (Ufes), Paulo de Oliveira Perna (UFPR).

14h: Estratégias de enfrentamento ao adoecimento decorrente do trabalho: Sindiprev - ES, Fórum de Saúde do Trabalhador da UFPR, FASUBRA, Andes-SN.

15/05 9h - Plenária de encerramento: avaliação e encaminhamentos.

Ponto de Encontro recepciona participantes do encontro de saúde

No dia 13/05, sexta-feira, a Adufes irá realizar um Ponto de Encontro para recepcionar os docentes que irão participar do encontro de saúde. A atração

musical da noite será o professor Jazomar Vieira da Rocha, de Curitiba, e o DJ Rogério. A atividade terá início às 18h na sede da Adufes. Participe!

NOTÍCIAS DO JURÍDICO

Direito à isenção do imposto de renda

A Justiça Federal determinou à Ufes e à União Federal que se abstenham imediatamente de reter/descontar o imposto de renda dos proventos percebidos por um docente filiado à Adufes, tendo em vista o seu direito à isenção legal. Trata-se do Processo de no. 2011.50.01.000365-9, o qual tramita na 1ª Vara Federal

Cível de Vitória.

A legislação garante aos portadores de doenças graves, dentre elas a cardiopatia grave, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, doença de Parkinson, entre outras, o direito à isenção do Imposto de Renda incidente sobre seus proventos de aposentadoria,

objetivando, assim, salvaguardar o direito daqueles que se encontram em situação de necessidade maior, diminuindo-lhes os encargos financeiros para possibilitar-lhes rendimentos suficientes ao tratamento da doença. É o que se observa no art. 6º, XIV, da Lei nº 7.713/88, com redação dada pelo art. 47, da Lei nº 8.541/92 e regulamentado pelo Decreto nº 3000/1999.

Desse modo, o benefício legal permite ao doente um aporte maior de recursos financeiros para custear seu tratamento, possibilitando que busque o tratamento mais adequado, dentro das condições financeiras de cada doente. A Decisão proferida ainda é provisória, mas esperamos que venha ser confirmada na sentença e pelos Tribunais Superiores.

EXPEDIENTE

Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo.

ADUFES - Seção Sindical do Andes - SN
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória.ES
CEP 29075-910

Fone: 27. 3335.2717 Fax:27. 3227.3908
www.adufes.org.br
comunicacao@adufes.org.br

José Antônio da Rocha Pinto
presidente

vice-presidente

Geraldo Rossoni Sisquini
tesoureiro geral

Temístocles de Sousa Luz
1º tesoureiro

Ricardo Roberto Behr
secretário geral

Mariane Lima de Souza
1ª secretária

Valter Pires Siqueira
1ª suplente

Edinete Maria Rosa
2ª suplente

3ª suplente

Bernardete Gomes Mian
4ª suplente

Jornalistas Responsáveis:

Giselle Pereira (Mtb 2644)
Luciana Silvestre (Mtb 2210)

Estagiário de Design Gráfico

Gustavo Binda

Tiragem: 3.000 exemplares